



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 168, DE 2010

(nº 4.570, na Casa de Origem)

(De Iniciativa do Tribunal de Contas da União)

Acrescenta 2 (dois) cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União para provimento em Gabinete de Auditor do Tribunal de Contas da União.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam acrescidos ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União 1 (um) cargo em comissão de Oficial de Gabinete e 1 (um) cargo em comissão de Assistente para provimento no Gabinete do Auditor, cujo cargo foi criado pela Lei nº 11.854, de 3 de dezembro de 2008, observado o disposto no inciso IV do art. 110 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, com a redação dada pela Lei nº 9.165, de 19 de dezembro de 1995.

Art. 2º A criação dos 2 (dois) cargos comissionados previstos nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em Anexo próprio da lei orçamentária anual, com a dotação suficiente para o seu efetivo provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.


MICHEL TEMER
Presidente

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.570, DE 2008

Acrescenta dois cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União para provimento em Gabinete de Auditor do Tribunal de Contas da União.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam acrescidos ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União um cargo em comissão de Oficial de Gabinete e um cargo em comissão de Assistente para provimento no Gabinete do Auditor, cujo cargo foi criado pela Lei nº 11.854, de 3 de dezembro de 2008, observado o disposto no inciso IV do art. 110 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, com a redação dada pela Lei nº 9.165, de 19 de dezembro de 1995.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

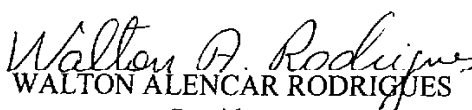
Mensagem nº 2-GP/TCU

Brasília, 29 de dezembro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados

Com meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de submeter à apreciação do Poder Legislativo, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos do art. 96, inciso II, alínea “b”, c/c o art. 73 da Constituição da República Federativa do Brasil e, ainda, do art. 1º, inciso XV, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, o anexo Projeto de Lei que acrescenta dois cargos em comissão para provimento na forma do inciso IV do art. 110 da referida Lei nº 8.443/1993, para compor o quadro de pessoal de Gabinete do Auditor, cujo cargo foi acrescido ao Quadro do Tribunal de Contas da União pela Lei nº 11.854, de 3 de dezembro de 2008.

Atenciosamente,


WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

Brasília, 29 de dezembro de 2008.

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional

O Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União é composto pela Carreira de Especialistas, integrada pelos cargos efetivos de Analista de Controle Externo, Técnico de Controle Externo e Auxiliar de Controle Externo, todos providos mediante concurso público de nível nacional, na forma prevista na Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001.

Para o exercício de funções de direção e assessoramento são destinadas funções de confiança (FC), escalonadas de FC-1 a FC-6, para as quais são designados exclusivamente servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo da Secretaria deste Tribunal.

E objetivando atender a critérios específicos de atribuições de confiança dos Ministros, do Procurador-Geral e dos Auditores, a Corte de Contas dispõe de dois cargos de livre provimento de lotação exclusiva nos referidos Gabinetes, sendo um Oficial de Gabinete e outro de Assistente, na forma estabelecida pelo disposto no inciso IV do art. 110 da lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

Com a edição da Lei nº 11.854, de 3 de dezembro de 2008, que acrescentou um cargo ao Quadro de Auditores do Tribunal de Contas da União, afigura-se necessária a devida autorização legal para o acréscimo de mais dois cargos em comissão, sendo um de Oficial de Gabinete e outro de Assistente, a fim de compor, exclusivamente, o quadro de pessoal do Gabinete do novo Auditor desta Corte de Contas.

Do ponto de vista orçamentário, a proposta está em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, visto que, após a aprovação deste projeto de lei, a despesa total de pessoal do TCU ainda assim permanecerá dentro do limite de 0,43% da receita corrente líquida determinado pelo seu art. 20, inciso I, alínea "a".

Com estas considerações, o Tribunal de Contas da União solicita ao Congresso Nacional a aprovação do Projeto de Lei em anexo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossas Excelências minha expressão de elevada estima e consideração.


WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

~~Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:~~

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Lei Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992.

Mensagem de veto

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Art. 110. No prazo de noventa dias a contar da entrada em vigor desta Lei, o Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre o quadro próprio de pessoal de sua secretaria, com observância dos princípios constitucionais pertinentes e, especialmente, das seguintes diretrizes:

~~IV – provimento dos cargos em comissão e funções de confiança por servidores do quadro próprio de pessoal;~~

IV - provimento dos cargos em comissão e funções de confiança por servidores do quadro de pessoal, exceto quanto aos Gabinetes de Ministro, do Procurador-Geral e de Auditor em relação a um Oficial de Gabinete e a um Assistente, que serão de livre escolha da autoridade, obedecidos os requisitos legais e regimentais; (Redação dada pela Lei nº 9.165, de 1995)

LEI Nº 9.165, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1995.

Altera o art. 110 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.

LEI Nº 11.854, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2008.

Acrescenta um cargo ao quadro de auditores do Tribunal de Contas da União.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa)

Publicado no DSF, de 18/11/2010.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS: 15251/2010)